

Início / Arquivos / v. 5 n. 17 (2021) / Direito Administrativo: Processo Administrativo

Consensualidade como modo alternativo de exercício da pretensão punitiva estatal no processo administrativo sancionador

Consensuality as an alternative mode for the exercise of state punitive pretension in the administrative sanctional process

Shirlei Silmara de Freitas Mello

 <https://orcid.org/0000-0002-8984-5442>

Daniela Almeida Campos

 <https://orcid.org/0000-0002-2768-9173>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai.17.ssfm>

Palavras-chave: Processo administrativo, Sanção, Consensualidade, Participação, Instrumentos consensuais

Resumo

A sociedade se encontra sob a égide do Estado Democrático de Direito, que apresenta como seus principais fundamentos a proteção da cidadania e da dignidade da pessoa humana, núcleos sobre os quais se assentam os direitos fundamentais dos cidadãos. Ao longo da evolução da estrutura do Estado, sofreu o Direito Administrativo profundas modificações, deixando de se caracterizar como Direito do Estado para atuar na defesa dos cidadãos, ensejando a participação popular como forma de legitimar o exercício da função administrativa. Nesse contexto, o surgimento do fenômeno consensual consagrou uma estrutura participativa, rompendo com a atuação unilateral do Estado e fornecendo instrumentos para uma administração pública dialógica, pautada no aprimoramento do agir estatal, em busca de uma gestão transparente, interativa e eficiente. A consensualidade, no âmbito das diversas espécies de processo administrativo sancionador, apresenta-se por meio de diferentes instrumentos, cuja adoção representa meio legítimo de composição de conflitos na medida em que leva em conta os interesses dos envolvidos, valorizando seus direitos fundamentais e evitando o prosseguimento de processos que apenas trariam desgaste à máquina estatal. O presente trabalho, portanto, tem por escopo ressaltar a importância da consensualidade como modo alternativo de exercício da pretensão punitiva do Estado no âmbito dos processos

administrativos sancionadores, como forma a realizar o ideal de eficiência que caracteriza o Estado Democrático de Direito contemporâneo.

Biografia do Autor

Shirlei Silmara de Freitas Mello

Doutora em Direito pela UFMG. Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia.

Daniela Almeida Campos

Procuradora do Município de Uberlândia. Mestranda em Direito Tributário pelo IBET-SP - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera-Uniderp.

Referências

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

DALLARI, Dalmo. Elementos de teoria geral do Estado. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GILBERTO, André Marques. O processo antitruste sancionador: aspectos processuais na repressão das infrações à concorrência no Brasil. São Paulo: Lex Editora, 2010.

MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

MEDAUAR, Odete. A Processualidade no Direito Administrativo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Rafael Munhoz de. Princípios constitucionais de direito administrativo sancionador - as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros, 2007.

MELLO, Shirlei Silmara de Freitas. Tutela cautelamo processo administrativo. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

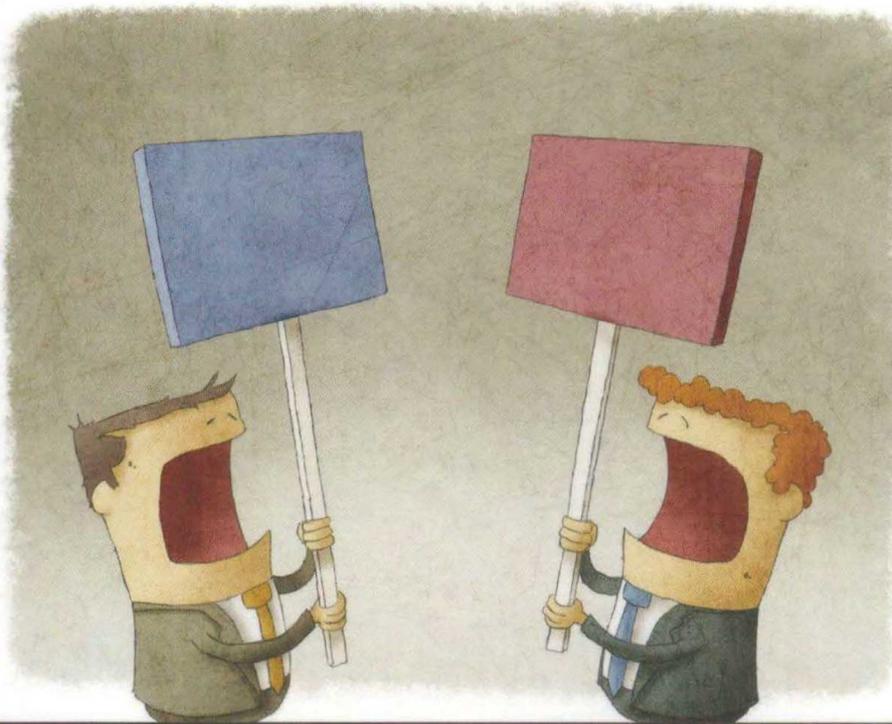
MOREIRA, Egon Bockmann. Processo administrativo: princípios constitucionais e a Lei nº 9.784/99. São Paulo: Malheiros, 2010.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Novas tendências da democracia: consenso e direito público na virada do século-o caso brasileiro. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 13, março/abril/maio, 2008. Disponível em: [www.direitodoestado.com.br/rere.asp.]. Acesso em: 11.06.2011.

VAZ, Isabel. Direito econômico da concorrência. Rio de janeiro: Forense, 1993.

NESTA EDIÇÃO:

ÉTICA DA DISCUSSÃO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O ADMINISTRADOR PÚBLICO MENTIROSO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• **RDAl** 17

ANO 5 • n. 17 • abr.-jun. • 2021

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 5 • ISSUE 17 • April – June • 2021

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E
RICARDO MARCONDES MARTINS**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Publicado

2021-07-01

Como Citar

MELLO, S. S. de F.; CAMPOS, D. A. Consensualidade como modo alternativo de exercício da pretensão punitiva estatal no processo administrativo sancionador: Consensuality as an alternative mode for the exercise of state punitive pretension in the administrative sanctional process. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI**, Thomson Reuters - RT, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 67-89, 2021. DOI: 10.48143/rdai.17.ssfm. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/239>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Fomatos de Citação

Edição

[v. 5 n. 17 \(2021\)](#)

Seção

Direito Administrativo: Processo Administrativo

Licença

Copyright (c) 2021 Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

Este periódico é licenciado por

[\(CC BY-NC-ND\)](#)

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio); e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE; Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).

0

[Enviar Submissão](#)

Informações

Para Leitores

Para Autores

Para Bibliotecários

Idioma

English

Português (Brasil)

Español (España)

Français (France)

Italiano

© Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI | e-ISSN: [2675-9527](#)

RDAI - Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance | ISSN: [2526-8120](#)

R. Gomes de Carvalho, n. 1510 | 9º andar | Vila Olímpia | 04547-005 | São Paulo-SP | Brasil | +55 (11) 3058-7800

[Acervo](#) - [Buscar](#) - [Contato](#) - [Acesso](#) - [Registro](#)

Platform &
workflow by
OJS / PKP

